

com efeitos a 21 de Junho de 2006, na Representação Permanente junto dos Organismos e Organizações Internacionais (NUOI), em Genebra, continuando a ocupar a respectiva vaga.

31 de Outubro de 2006. — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Luís Filipe Marques Amado*.

Despacho n.º 23 140/2006

Ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 4 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 48/94, de 24 de Fevereiro, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 45/2006, de 24 de Fevereiro, e no artigo 5.º e no n.º 6 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 40-A/98, de 27 de Fevereiro, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 153/2005, de 2 de Setembro, e ainda em conformidade com o aviso n.º 6912/2006, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 21 de Junho de 2006, lista de nomeação dos candidatos aprovados no concurso de acesso à categoria de conselheiro de embaixada aberto por despacho do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros de 24 de Outubro de 2005, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 22 de Novembro de 2005, determino que a conselheira de embaixada Ana Cristina de Albuquerque Moniz Melo permaneça colocada, nessa qualidade e com efeitos a 21 de Junho de 2006, na Representação Permanente junto da União Europeia (REPER), em Bruxelas, continuando a ocupar a respectiva vaga.

31 de Outubro de 2006. — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Luís Filipe Marques Amado*.

Gabinete do Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas

Despacho n.º 23 141/2006

Considerando que:

Por despacho do director do Departamento Geral de Administração de 5 de Maio de 1995, foi aberto concurso interno condicionado para o preenchimento de uma vaga na categoria de chanceler do mapa de pessoal assalariado da Embaixada de Portugal em Paris;

O despacho homologatório do director do Departamento Geral de Administração de 14 de Dezembro de 1995 foi anulado com fundamento em vício de violação de lei, com aproveitamento das fases não invalidadas pela sentença anulatória;

Por despacho do director do Departamento Geral de Administração de 8 de Novembro de 2005, nos termos conjuntos das alíneas l) e o) do n.º 3 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 49/94, de 24 de Fevereiro, do Decreto-Lei n.º 451/85, de 28 de Outubro, e da circular n.º 6-DRH, de 31 de Janeiro de 1995, com a redacção introduzida pela circular n.º 21-DRH, de 20 de Junho, e em execução da sentença proferida em 21 de Outubro de 2004, nos autos de recurso contencioso de anulação que, sob o n.º 743/03, correram na 1.ª Secção do 1.º Juízo Liquidatário do Tribunal Administrativo e Fiscal de Lisboa, e em que foi recorrente José Manuel Godinho dos Santos, foi determinada a repetição do concurso;

Por despacho do director do Departamento Geral de Administração de 8 de Março de 2006, foi homologada a lista de classificação final do mesmo concurso, tendo ficado classificado em primeiro lugar José Manuel Godinho dos Santos;

Por despacho do director do Departamento Geral de Administração de 16 de Maio de 2006, foi homologado o resultado do concurso interno condicionado para o preenchimento de uma vaga na categoria de chanceler na Embaixada de Portugal em Paris:

Nomeio, nos termos da alínea f) do n.º 4 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 48/94, de 24 de Fevereiro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 45/2006, de 24 de Fevereiro, e ao abrigo da alínea b) do n.º 4 do despacho de delegação de competência do Ministro, para o cargo de chanceler da Embaixada de Portugal em Paris o assistente administrativo especialista José Manuel Godinho dos Santos, com efeitos a 1 de Abril de 1996.

24 de Outubro de 2006. — O Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, *António Fernandes da Silva Braga*.

Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento

Despacho n.º 23 142/2006

1 — Nos termos do artigo 21.º, n.os 8, 9 e 10, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio, em comissão de serviço, pelo período de três anos, o mestre Nuno Miguel Trabuco Nunes Vaz, técnico superior principal do quadro de pessoal do Ex-ICP, no cargo de chefe de divisão de Ajuda Humanitária, do IPAD, na sequência da conclusão do pro-

cedimento concursal publicitado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 166, de 29 de Agosto.

O perfil de competências do mestre Nuno Miguel Trabuco Nunes Vaz revela-se adequado ao desempenho do cargo a prover, porquanto, demonstrou, claramente, possuir as capacidades e aptidões técnicas exigidas para alcançar os objectivos da referida Divisão, em virtude de ser detentor de uma vasta e comprovada experiência profissional no exercício de funções no quadro da cooperação portuguesa, nomeadamente no âmbito do planeamento e execução de acções de ajuda humanitária, em articulação, naturalmente, com organismos nacionais e internacionais.

Saliente-se, ainda, a experiência do nomeado no exercício de funções dirigentes, nomeadamente no lugar a prover.

2 — Anexa-se nota relativa ao currículo académico e profissional do nomeado.

17 de Outubro de 2006. — A Presidente, *Ruth Albuquerque*.

ANEXO

Nota relativa ao currículo académico e profissional do mestre Nuno Miguel Trabuco Nunes Vaz

Currículo académico

Licenciatura em Relações Internacionais na Universidade Lusíada de Lisboa.

Mestrado em Estudos Africanos do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

Currículo profissional

Exercício de actividade profissional, desde 18 de Dezembro de 1995, no Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento.

Actualmente, pertence ao quadro permanente de pessoal do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento na categoria de técnico superior principal.

Nomeado, em regime de substituição, desde 31 de Março de 2006, chefe de divisão de Ajuda Humanitária do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, em regime de substituição.

Outras actividades relevantes

Comentador de política africana da Radio France International, Paris, de Setembro de 2002 a Agosto de 2004 — Palestrante convidado do 1.º curso de formação em acção humanitária de preparação para saídas em missão da ONG internacional Médicos do Mundo, Lisboa, 19 de Junho de 2002 — Palestrante convidado no mestrado de Relações Internacionais do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP), da Universidade Técnica de Lisboa, Maio de 2003; Maio de 2004 e Fevereiro de 2005 — Palestrante convidado na conferência «África. Etnicidade, Migrações e Conflitos» organizada pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP) da Universidade Técnica de Lisboa, 26 de Novembro de 2003 — Palestrante convidado em substituição do Prof. João Gomes Cravinho na licenciatura em Relações Internacionais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. «A trajectória da cooperação portuguesa 1974 — 2005», 2 de Maio de 2005 — «Os exames Peer Review do CAD e as recomendações feitas a Portugal no exame de 2001», 3 de Maio de 2005 — Palestrante convidado na pós-graduação em Ajuda Humanitária e Cooperação em Situações de Crise, Universidade Moderna, Maio de 2006 — Palestrante convidado na pós-graduação em Educação para o Desenvolvimento, Universidade do Minho, Braga, Junho de 2006.

Artigos publicados

I — «Novos desafios do governo angolano na área humanitária», *Jornal Lusófono*, n.º 22, Lisboa, 28 de Fevereiro de 2003.

II — «Prevenção e saúde em São Tomé e Príncipe pela mão do Instituto Marquês de Valle Flor», *Boletim Informativo da Embaixada de Portugal em São Tomé*, n.º 51, São Tomé, Abril de 2003.

III — «Identidades sociais e etnicidades: Pistas de reflexão sobre o Ruanda», *Política Internacional*, n.º 28, editada pelo IPRIS, Maio de 2005.

IV — «Presidential Elections in Guinea Bissau 2005 — A stabilizing factor in a fragile democracy or only a spot test of the state of affairs?», *Revista Afrika Spectrum do Institute fur Afrika-Kunde*, Hamburgo, Alemanha (língua inglesa).

V — «A especificidade do desenvolvimento enquanto mudança social», revista *África e Cooperação*, editada pelo IEEI.

VI — «Guiné-Bissau» do *Africa Yearbook 2005* editado pela Universidade de Leiden (língua inglesa), Setembro de 2006.

Participação em missões de ajuda de emergência

Missão de avaliação da AH ao Ruanda (1996). Cólera em Moçambique (1997). Ajuda de emergência às vítimas do conflito na Guiné-Bissau (1998). Responsável pela coordenação, execução, missão de entrega e distribuição de 110 t de ajuda humanitária às vítimas do conflito na Guiné-Bissau (1998). «Missão humanitária Timor-Leste 99» logística e coordenação da missão junto do OCHA-ONU, Darwin/Dili, Setembro/Outubro de 1999 — Responsável pela coordenação do envio de ajuda humanitária às vítimas da cólera na Guiné-Bissau (2002).

Participação em missões de observação eleitoral

Observador eleitoral no Azerbaijão, OSCE, Janeiro de 2001, Equador, EU, Outubro e Novembro de 2002, no Ruanda, UE, Agosto e Setembro de 2003, Cisjordânia e faixa de Gaza, UE, Janeiro de 2005, na Guiné-Bissau, CPLP, de 10 a 24 de Junho e Julho de 2005 — Supervisor eleitoral — missão portuguesa de supervisores às eleições legislativas no Kosovo, OSCE, Novembro de 2001.

Participação em reuniões internacionais

Representante regular de Portugal nas reuniões do Comité de Ajuda Humanitária do ECHO — European Community Humanitarian Office. Representante de Portugal nas reuniões do ECHO de Maio e Junho de 2006, Bruxelas, União Europeia. Representante de Portugal na reunião bianual da ALNAP — Avaliação da Ajuda Humanitária, Bruxelas, 4 e 5 de Dezembro de 2005.

Representante de Portugal na reunião de coordenação do Steering Committee da Avaliação dos 3C's — de que Portugal é membro — no âmbito da União Europeia, Londres, 16 de Outubro de 2003 — Representante de Portugal na reunião de chefes dos Serviços de Avaliação dos Países da União Europeia no âmbito do AIDCO — EU, Bruxelas, 9 de Dezembro de 2004 — Representante de Portugal na reunião de coordenação do Steering Committee da Avaliação dos 3C's — de que Portugal é membro — no âmbito da União Europeia, Paris, 13 de Janeiro de 2004 — Representante de Portugal na reunião da Task Force da Avaliação dos 3C's — da qual Portugal é membro fundador — no âmbito da União Europeia, Bruxelas, 9 de Dezembro de 2003.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Gabinete do Ministro**Despacho n.º 23 143/2006**

Considerando que:

1) Fernando Dias Nogueira foi nomeado para o cargo de presidente do conselho directivo do Instituto de Seguros de Portugal (ISP) através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 95/2006, de 13 de Setembro, com efeitos a partir de 2 de Outubro de 2006;

2) A data da nomeação, Fernando Dias Nogueira desempenha o cargo de presidente do conselho de administração da Caixa Leasing e Factoring — Instituição Financeira de Crédito, S. A., empresa pertencente ao grupo Caixa Geral de Depósitos, a cujo quadro pertence;

3) Estão reunidos os requisitos da requisição a empresas privadas previstos nas alíneas a) a c) do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 719/74, de 18 de Dezembro, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 186/87, de 29 de Abril;

Determino que:

1) Nos termos do disposto no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 719/74, de 18 de Dezembro, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 186/87, de 29 de Abril, é requisitado à Caixa Geral de Depósitos Fernando Dias Nogueira, presidente do conselho de administração da Caixa Leasing e Factoring — Instituição Financeira de Crédito, S. A., para exercer funções como presidente do conselho directivo do ISP;

2) A requisição é válida pelo período de cinco anos, a que se reporta o artigo 9.º do Estatuto do Instituto de Seguros de Portugal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 289/2001, de 13 de Novembro;

3) Seja comunicado o teor do presente despacho à Caixa Leasing e Factoring — Instituição Financeira de Crédito, S. A. e à Caixa Geral de Depósitos.

29 de Setembro de 2006. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*.

**Gabinete do Secretário de Estado
do Tesouro e Finanças****Despacho n.º 23 144/2006**

Por auto de 21 de Dezembro de 1998, foi cedido, nos termos do Decreto-Lei n.º 97/70, de 13 de Março, e da portaria n.º 1187/98 (2.ª série), de 24 de Novembro, ao Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR), para instalação dos serviços da Direcção Regional de Lisboa do IPPAR, do prédio do Estado sito na Estrada de Benfica, 382-384-A, em Lisboa, freguesia de Benfica, composto de rés-do-chão, 1.º e 2.º, jardim e logradouro, inscrito na matriz predial urbana sob os artigos 152, 1/25 do 262 e 1276, descrito na Conservatória do Registo Predial sob a ficha n.º 01542/210291, e em vias de classificação.

Considerando que se verifica a situação prevista no n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 97/70, de 13 de Março, não tendo o imóvel sido destinado ao fim que justificou a cessão, ordeno a reversão do mesmo para o domínio privado do Estado, ao abrigo do mencionado preceito legal, e determino o competente registo do imóvel, na conservatória do registo predial, a favor do Estado Português, por reversão.

20 de Outubro de 2006. — O Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, *Carlos Manuel Costa Pina*.

**Gabinete do Secretário de Estado
da Administração Pública****Despacho n.º 23 145/2006**

A comissão encarregue de proceder à revisão do sistema de carreiras e remunerações dos funcionários e agentes e dos demais servidores do Estado procedeu à entrega do relatório com o diagnóstico da situação actual e perspectivas de evolução.

Na sequência da apresentação daquele relatório e da consequente cessação de funções daquela comissão, importa definir os princípios orientadores da reforma dos sistemas de vínculos, carreiras e remunerações e proceder a um conjunto de trabalhos de operacionalização que carecem de apoio técnico especializado.

Assim, nos termos do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, destaco para o meu Gabinete, para prestação de apoio técnico especializado no âmbito do processo de revisão dos sistemas de vínculos, carreiras e remunerações da Administração Pública, os técnicos superiores a seguir identificados:

Olga Correia Lourenço, assessora principal da Direcção-Geral da Administração Pública (DGAP);

Luísa Maria Pimentel da Silva Nascimento, assessora principal da DGAP;

José Eduardo Lopes Luís, assessor principal do Instituto de Informática;

Isabel Maria Alves Figueiredo, técnica superior principal da DGAP.

Pelo exercício de funções neste Gabinete acresce, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 110-A/81, de 14 de Maio, uma gratificação mensal de € 400.

1 de Outubro de 2006. — O Secretário de Estado da Administração Pública, *João Alexandre Tavares Gonçalves de Figueiredo*.

Direcção-Geral dos Impostos**Aviso n.º 12 003/2006****Delegação de competências**

1 — Atribuição de competências à chefe da secção Anabela Branco Oliveira Neves Ferreira e, na sua ausência ou impedimento, no(a) funcionário(a) de categoria mais elevada da secção, sem prejuízo das funções que pontualmente lhes venham a ser atribuídas pelo chefe de Finanças ou seus superiores hierárquicos, bem como da competência que lhe atribui o artigo 93.º do Decreto Regulamentar n.º 42/83, de 20 de Maio, e que é assegurar, sob a minha orientação e supervisão, o funcionamento da secção e exercer a adequada acção formativa e disciplinar aos funcionários, competirá:

1.1 — De carácter geral:

a) Proferir despachos de mero expediente, incluindo os de pedidos de certidão;

b) Verificar e controlar os serviços de forma que sejam respeitados os prazos e objectivos fixados, quer legalmente quer pelas instâncias superiores;

c) Assinar a correspondência expedida com excepção da dirigida a instâncias hierarquicamente superiores, bem como a outras entidades